



MOÇÕES APROVADAS NA SESSÃO PLENÁRIA DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
"Pela valorização do trabalho de quem cuida das Unidades de Conservação no estado de São Paulo".	Funcionários da Fundação Florestal.	Que os dirigentes responsáveis pela gestão das unidades de conservação do Estado São Paulo atuem pela valorização do trabalho realizado pelo corpo de funcionários da Fundação Florestal, o que somente se dará por meio de um reajuste do piso salarial de todas as funções, implantação de plano de cargos e salários, realização de novos concursos públicos e regras claras e técnicas para ocupação dos cargos de chefias de Unidades de Conservação, preferencialmente para funcionários concursados	SEMA, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal e Assembleia Legislativa de São Paulo.
Criação de APAs Municipais no médio Piquiri, Paraná.	Movimento pró Ivaí/Piquiri.	Criação das APAs Municipais na região do médio Piquiri: Formosa do Oeste, Quarto Centenário, Goioerê, Mariluz, Alto Piquiri.	IAP, SEMA, Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Prefeituras e SEMA's de Formosa do Oeste, Quarto Centenário, Goioerê, Mariluz e Alto Piquiri.
Desapropriação de áreas particulares no Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná.	Grupo de Estudos em Conservação da Natureza- Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).	Providências em relação à desapropriação de áreas particulares no âmbito do Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná.	ICMBio.
Regulamentação da profissão de guarda-parque e a criação da categoria funcional "guarda-parque federal", na estrutura do serviço público da união.	Sérgio Maia Vaz.	Regulamentação da profissão de guarda-parque e a criação da categoria "Guarda - Parque Federal na estrutura do Serviço Público da União.	Presidência da República, MMA, ICMBio, Câmara Federal e Associação Brasileira de Guarda-Parques (ABG).



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA



25
ANOS



TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
Manutenção do perímetro atual da zona de amortecimento do Parque Estadual Matas dos Godoy, no Paraná.	ONG MAE – Meio Ambiente Equilibrado.	Manutenção do perímetro atual da zona de amortecimento do Parque Estadual Mata dos Godoy, no Paraná.	IAP e Prefeitura de Londrina.
Repúdio ao Projeto de Lei 300/2015 que extingue a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.	Universidade Federal de Goiás.	Retirada ou indeferimento do PL 300/2015. Entendemos que a extinção da FZB representa um retrocesso nas ações de conservação da biodiversidade do Rio Grande do Sul. Entendemos também que a FZB, pela ação do seu corpo técnico altamente especializado, desempenha papel crucial para o estabelecimento de políticas públicas voltadas a conservação da biodiversidade e que, portanto, não pode ser extinta.	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
Contra a abertura de unidades de conservação para atividades de mineração conforme proposto pelos Projetos de Lei que compõem o Código de Mineração, em tramitação no Congresso Nacional.	Rede Nacional Pró Unidades de Conservação.	Nosso total repúdio a qualquer tentativa de se incluir no novo Código de Mineração de qualquer norma objetivando alterar ou flexibilizar as regras em vigor no que diz respeito a exploração mineral em Unidades de Conservação.	Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão Especial do Código de Mineração.



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA





TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
Pela correta interpretação da OIT 169 e respeito à Lei 9985/2000.	Rede Nacional Pró Unidades de Conservação.	Ao Procurador Geral da República, que reconhecendo os direitos das comunidades tradicionais contemplados na legislação que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9985/2000, e Decreto 4340/2002, oriente as devidas instâncias a assegurar o direito de todos os brasileiros a um ambiente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal em seu Artigo 225, através da integridade das Unidades de Conservação do Brasil.	Procurador Geral da República.
Pela criação do conjunto de unidades de conservação do sul da Amazônia.	Rede Nacional Pró Unidades de Conservação.	Apoiamos e solicitamos a imediata criação/ampliação das Unidades de Conservação federais propostas ao longo da Rodovia Transamazônica, no Sul do estado do Amazonas.	Governo Amazonas, Federação da Agricultura de Amazonas, Confederação Nacional da Agricultura, Ministra da Agricultura e ICMBio.
Pela efetivação, implementação e manutenção dos limites originais do Parque Nacional da Serra da Canastra, MG.	Rede Nacional Pró Unidades de Conservação.	Manifestamos de forma enfática nosso repúdio a qualquer ato que possa descaracterizar ou reduzir a área originalmente decretada como parque nacional da Serra da Canastra, com cerca de 200.000 ha, e solicitamos que todos os esforços sejam desenvolvidos para a efetiva implantação e regularização desse Parque.	Justiça Federal e Ministério Público Federal de Passos, Presidente do Senado Federal, MMA e ICMBio.
Pela criação do Parque Nacional do Albadão.	Rede Nacional Pró-Unitades de Conservação, Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental, Instituto Augusto Carneiro e Divers for Sharks.	Providências para a conclusão do processo 02070.000020/2008-43 e para a criação urgente do Parque Nacional do Albadão.	MMA, Secretária de Biodiversidade e Florestas e ICMBio.



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA





TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
Efetivação e criação das Unidades de Conservação e de um Mosaico de Áreas Protegidas em Florianópolis.	APRENDER – Entidade Ecológica e Coletivo UC da Ilha.	Elaboração dos planos de manejo; Implementação e gestão das UCs; Criação de um Mosaico de Áreas Protegidas; Fomento às parcerias de organizações da sociedade civil locais com os órgãos ambientais; Tramitação participativa e efetiva dos projetos de novas áreas legalmente protegidas; Criação de novas Unidades de Conservação voltadas à proteção integral da paisagem e ordenamento do uso público, especialmente no maciço central/norte da Ilha de Santa Catarina, ilhas costeiras e dunas do Santinho/Ingleses do Rio Vermelho.	Governador de SC, Prefeito Florianópolis, Presidente ICMBio, Presidente FATMA, Superintendente FLORAM.
Cumprimento da lei e restauração ambiental, após crimes de supressão de vegetação nativa na APA de Guaratuba, Paraná.	Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais.	Que as leis sejam cumpridas e que os infratores de ações ilegais de desmatamento realizadas no entorno de Unidades de Conservação situadas na APA de Guaratuba e entorno sejam responsabilizados, sendo obrigados a efetuar a restauração ambiental das áreas degradadas, incluindo ações de manejo.	Ministério Público Estadual, IAP e Delegacia de Meio Ambiente do Paraná.
Ampliação da Estação Ecológica do Taim - RS.	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental.	Ampliação imediata da ESEC do Taim de acordo com os limites definidos e apresentados nas consultas públicas.	ICMBio, MMA e Presidência da República.
Revogação da Lei estadual 14.661, de 2009, que desanexou áreas relevantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro para criação de Áreas de Proteção Ambiental.	Coletivo UC da Ilha –SC e APRENDER Entidade Ecológica.	Cumprimento das recomendações do Relatório da Delimitação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, publicado em 2008 com o apoio do Projeto de Proteção da Mata Atlântica em SC, que prevê que áreas relevantes para conservação da biodiversidade tais como a Baixada do Maciambú, no município de Palhoça, a Lagoa do Ribeirão, no município de Paulo Lopes e a Praia da Gamboa e do Siriú, no município de Garopaba, fossem mantidas como área de proteção integral do PAEST.	Governador e Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de SC, Presidente da FATMA, Promotor do Ministério Público de SC e Promotoria Temática do Parque Estadual.



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA



25
ANOS



TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
Destinação de recursos do tesouro do estado de Santa Catarina para gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral.	Coletivo UC da Ilha –SC e APRENDER Entidade Ecológica.	O cumprimento do Artigo nº 152 da Lei estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009, na subseção III - Dos Recursos Financeiros, seção IV - Do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC: “A Lei de diretrizes orçamentárias – LDO deve conter, com exclusividade, previsão de orçamento para as Unidades de Conservação sob administração do órgão gestor estadual”.	Governador e Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de SC, Presidente da FATMA, Promotor do Ministério Público de SC e Coordenador do Centro de Apoio Internacional de Meio Ambiente.
Apoio ao PL 1548/2015 que recategoriza as RPPNs como UC de proteção integral, cria incentivos aos proprietários e dá outras providências.	Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.	Apoio ao PL 1548/2015 que dispõe sobre a criação, gestão e manejo de RPPN, e dá outras providências com vistas a acelerar a votação com a consequente aprovação e publicação do que o projeto se propõe.	Congresso Nacional.
Respeito aos limites do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e do Parque Nacional do Superagui pelas linhas da poligonal dos portos do Paraná.	Associação MarBrasil.	Que a nova poligonal proposta seja revista e que seus limites fiquem a uma distância de no mínimo 10 km dos limites do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e do Parque Nacional do Superagui.	Secretaria de Portos da Presidência da República.
Pela conservação integral das áreas úmidas da Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro em Santa Catarina.	Universidade de Glasgow, Caipora Cooperativa, Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais e Universidade Federal de Santa Catarina.	A conservação integral das áreas úmidas da Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro em Santa Catarina.	Governo, Fundação do Meio Ambiente e Ministério Público de Santa Catarina e Prefeitura de Paulo Lopes.
Implementação da Estação Ecológica de Murici (Alagoas).	SAVE Brasil – Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil, representante da BirdLife International do Brasil.	A efetiva implementação da Estação Ecológica de Murici (Alagoas) com a regulamentação fundiária da unidade e fiscalização adequada coibindo a caça, retirada de madeira e ocupação ilegal de áreas dentro da ESEC e entorno.	ICMBio, MMA e Ministério Público de Alagoas.



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA





TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
Pela prorrogação da Resolução CONAMA No. 428/2010 no que se refere às Unidades de Conservação cuja Zona de Amortecimento não tenha sido estabelecida até 17 de dezembro de 2015.	Observatório de Conservação Costeira do Paraná – OC2, Associação Marbrasil, Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS.	A prorrogação por 5 anos dos Art. 1º, §2º e Art. 5º, Inciso III, da Resolução CONAMA Nº 428/2010, que se referem às Unidades de Conservação cuja Zona de Amortecimento não tenham sido estabelecidas até 17 de dezembro de 2015.	ICMBio, MMA e Secretário-Executivo do CONAMA.
Incluir os temas vulnerabilidade e adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas no planejamento, gestão, manejo e pesquisa das Unidades de Conservação.	Iniciativa Bio&Clima Lagamar.	A inclusão dos temas vulnerabilidade e adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas no planejamento, gestão, manejo e pesquisa das Unidades de Conservação.	Conselho Gestor do Mosaico Lagamar, Diretorias de Áreas Protegidas das SEMAs Estaduais, ICMBio sede e regionais, Observatório do Clima, Secretária de Biodiversidade e Florestas e Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA e Secretária Executiva do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.
Para evitar a extinção do jequitibá rosa.	FREPESP – Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de SP.	Apoio para a criação da Estação Ecológica Sylvio de Sampaio Moreira, em Cajuru – SP, para evitar que o jequitibá rosa seja extinto.	Governo de São Paulo e Secretária do Meio Ambiente.
Apoio ao Projeto Rede Ambiental do Ministério Público Estadual do Paraná, instituído pela Resolução n. 1021/2014-PGJ.	Observatório de Conservação Costeira do Paraná – OC2, Associação Marbrasil, Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e SPVS.	A manutenção e ampliação do Projeto Rede Ambiental do Ministério Público Estadual do Paraná, instituído pela Resolução nº 1021/2014-PGJ.	Procurador-Geral do Ministério Público do Paraná.



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA





TÍTULO	PROPONENTE	MOÇÃO	DESTINATÁRIO
Repúdio ao projeto de construção da hidrelétrica do bem querer no rio Branco, em Roraima, na Amazônia brasileira.	Rede Rio Negro, WCS Brasil, Movimento Puraké, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Conselho Consultivo do Parque Nacional de Anavilhanas, Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Maracá, Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro, Instituto Socioambiental e Fundação Vitória Amazônica.	A imediata paralisação do processo de licenciamento da Hidrelétrica do Bem Querer até que todas as alternativas energéticas sejam avaliadas com profundidade e transparência.	Presidente da República, Ministério de Minas e Energia, MMA, IBAMA, ICMBio, FUNAI, Conselho Nacional de Seringueiros e Populações Tradicionais, Hutukara Associação Yanomami e Conselho Indígena de Roraima.
Solicita a inclusão da imagem do Mico-Leão-Dourado na medalha de ouro oficial dos Jogos Olímpicos Rio 2016.	Associação Mico-Leão-Dourado e Conservação Internacional.	Ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos que serão realizados no Rio de Janeiro em 2016 a inclusão da imagem do Mico-Leão-Dourado na medalha de ouro oficial a ser entregue aos atletas.	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e Ministério dos Esportes.
Implementação do Decreto 1529/2007 que dispõe sobre o estatuto estadual de apoio à conservação da biodiversidade em terras privadas no estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de RPPN e dá outras providências.	Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.	A implementação do decreto 1529/2007 que dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de RPPN e dá outras providências.	SEMA-PR, IAP e Ministério Público.



VIII CBUC
CONGRESSO BRASILEIRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

IV Simpósio Internacional
de Conservação da Natureza
V Mostra de Conservação
da Natureza



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

